

Membros da AGU recebem verba extra superior ao auxílio-moradia de juízes

Por Maíra Magro | De Brasília

Responsáveis por analisar, em uma câmara de conciliação, o pagamento do auxílio-moradia a juízes do Brasil inteiro, os membros da Advocacia-Geral da União (AGU) recebem mensalmente, fora o salário, verba extra superior à dos magistrados - e que também não integra o teto constitucional. São os honorários advocatícios pelas causas ganhas na Justiça em nome da União, os chamados honorários de sucumbência.

A verba varia mês a mês, de acordo com o total arrecadado. Em fevereiro, foram cerca de 6,6 mil fora o salário. Em janeiro, 6,1 mil. Em dezembro, 8,5 mil. O salário bruto dos advogados da União vai de R\$ 20 mil a R\$ 26 mil. A justificativa para os honorários não integrarem o teto constitucional é que não seriam verbas públicas - são pagos pelas partes privadas que perdem processos envolvendo a União.

Atualmente, 12,5 mil funcionários das carreiras jurídicas federais têm direito a receber honorários de sucumbência, incluindo os já aposentados. Além dos advogados da União, o valor é pago a procuradores federais, da Fazenda Nacional e do Banco Central. Nem todos os beneficiários recebem a mesma quantia. A divisão segue um cálculo previsto na Lei 13.327, de

2016, que regulamentou o pagamento.

Em 2017, o total distribuído foi de R\$ 616,6 milhões. Os valores são geridos pelo Conselho Curador dos Honorários Advocatícios (CCHA), vinculado à AGU. Segundo o conselho, a média dos honorários pagos em 2017 foi de R\$ 3 mil, sem levar em conta o IR retido na fonte, que incide sobre essas verbas. Ao contrário do auxílio-moradia de juízes e procuradores, os honorários de sucumbência não têm natureza indenizatória e por isso são tributados.

Um dos argumentos dos juízes para questionar os que querem acabar com o auxílio-moradia é que outras carreiras também recebem verbas fora do salário, como os integrantes da AGU. No Supremo Tribunal Federal (STF), a AGU se posicionou contra o pagamento do auxílio-moradia a todos os juízes federais, autorizado em liminar pelo ministro Luiz Fux. A AGU apontou falta de previsão legal e prejuízo aos cofres públicos. O auxílio-moradia para cada juiz é de R\$ 4,3 mil, independentemente de residência própria.

No dia 22 de março, Fux - que é relator de seis ações que discutem a constitucionalidade do pagamento do auxílio a juízes e membros do Ministério Público - aceitou pedido da Associação dos Magistrados

Brasileiros (AMB) e encaminhou o assunto para a Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal, da AGU. Assim, os advogados da União ficaram responsáveis por analisar o assunto. A câmara destinada a discutir o auxílio-moradia deve ser instalada no dia 24 de abril.

Assim como o auxílio-moradia dos juízes serviu para atender à mesma demanda feita pelos procuradores, os honorários de sucumbência aos membros da AGU já embasam pleitos de outras categorias - como o bônus de eficiência pago a auditores fiscais da Receita. No fim de 2016, o governo editou uma MP reajustando o salário dos auditores em 21,3% até 2019 e criando um bônus de eficiência. Em julho do ano passado, a MP foi convertida em lei. Como a norma ainda não foi regulamentada, os auditores estão recebendo o valor fixo de R\$ 3 mil

A Receita tem pressionado o Ministério do Planejamento para agilizar a regulamentação, mas o ministério tem adiado para jogar para frente o impacto financeiro. Enquanto a regulamentação não sai, os auditores têm feito paralisações e pressionado para que o valor fixo seja ampliado para R\$ 4,5 mil.

Em resposta a perguntas encaminhadas pelo Valor, o CCHA defendeu o pagamento dos valores





aos membros da AGU. O órgão aponta que as verbas são "originariamente privadas", por serem pagas pela parte vencida nas ações judiciais e não pelo Estado, e integram o Orçamento federal.

"Os honorários advocatícios, tal como os honorários de qualquer outro advogado, pertencem exclusivamente aos causídicos vencedores da lide", afirmou o conselho, frisando que os valores decorrem dos processos ganhos pela União, autarquias e fundações públicas e precisam ser fixados pelo juiz.

Embora a divisão das verbas não atenda critérios de produtividade individual, o CCHA sustenta que o direito a recebê-las "atende aos básicos princípios da meritocracia na medida em que premia aqueles que efetivamente trazem benefício econômico ao Estado", já que as carreiras são responsáveis por recuperar dinheiro da União.

O conselho afirma ainda que os membros da AGU não tiveram os reajustes recentes que beneficiaram outras categorias do Executivo federal justamente para receber os honorários. "O que é absurdamente mais vantajoso para a União, visto que não há repercussão previdenciária e sem impacto orçamentário." (Colaborou Edna Simão, de Brasília)

Governo projeta déficit também em 2020

Por Fabio Graner e Fábio Pupo
| De Brasília



Ministros Eduardo Guardia e Esteves Colnago: equipe econômica piorou bastante o cenário fiscal estimado para 2020.

Depois de ter discutido diminuir o déficit fiscal previsto para o próximo ano, a equipe econômica decidiu não só manter para o primeiro ano do próximo presidente da República a meta de saldo negativo de R\$ 139 bilhões para o governo central, mas também piorar bastante o cenário fiscal para 2020 e prever déficit também para o ano seguinte.

No anúncio do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) enviado ontem ao Congresso Nacional, o governo também projetou em R\$ 254,3 bilhões o rombo da "regra de ouro" das contas públicas, o dispositivo constitucional que veda que o Tesouro faça dívida para pagar gastos correntes, como pessoal e Previdência.

O ministro do Planejamento, Esteves Colnago, afirmou que o déficit da "regra de ouro" é "considerável" e precisa ser trabalhado. "O que fizemos na PLDO é prever que despesas ficam condicionadas a crédito especial, como prevê a Constituição. O próximo governo terá que pedir isso", disse.

Segundo ele, o governo tentou discutir a "regra de ouro" no início deste exercício, mas não pode agir por causa da intervenção no Rio de Janeiro, que impede aprovação de emenda constitucional. "Há concordância com Fazenda sobre convergir regra de ouro com regra de teto de gastos", disse. "Hoje, o descumprimento da regra de ouro tem punição, mas não tem previsão de convergência e retorno."

No PLDO de 2019, a meta fiscal indicativa para 2020 subiu de déficit de R\$ 65 bilhões para R\$ 110 bilhões. Também foi apontada pela primeira vez a meta para 2021: um déficit de R\$ 70 bilhões. Como o Brasil vem tendo saldos negativos nas contas públicas desde 2014, o projeto mostra um quadro de oito anos seguidos de déficits.

O ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, negou que haja excesso de pessimismo em relação aos números fiscais para os próximos anos. Segundo ele, o governo está sendo prudente ao não considerar dados de

receitas que ainda não foram aprovadas ou há dúvidas sobre como serão tratados alguns temas pelo próximo governo. Por isso, o cenário de receitas é de queda desse indicador em relação ao PIB, de 20,87% do PIB em 2018 para 20,44% em 2019.

Como exemplo de receitas incertas, ele citou concessões de infraestrutura - que podem gerar mais recursos do que o que está sendo considerado atualmente - e a questão da cessão onerosa de áreas do pré-sal para Petrobras, que, se resolvida, permitirá leilões que gerarão caixa ao governo.

"Não é excesso de pessimismo, mas um critério de trabalho. Temos que tomar cuidado", disse Guardia, ressaltando que o cenário pode ser melhor se fatores como reformas, privatizações e concessões avançarem no próximo governo, antecipando a volta de saldos positivos nas contas públicas.

O PLDO também trouxe pela primeira vez uma projeção de crescimento econômico para 2019: 3%, o mesmo número estimado para 2018. Se não se pode chamar essa previsão de pessimista, também não mostra grande confiança da atual equipe, dado que a elevada ociosidade da economia permitiria crescer mais em 2019, entre 3,5% e 4%, como dizia o antecessor de Guardia, Henrique Meirelles.





Para 2020 e 2021, a previsão da equipe econômica é de desaceleração no crescimento, com taxas de expansão de 2,4% e 2,3%. O critério foi colocar o que a Fazenda considera ser aproximadamente o PIB potencial brasileiro (crescimento que não pressiona a inflação).

Guardia comentou que o PIB previsto ainda não reflete expectativas como a reforma da Previdência, o que, diz, tem potencial de alavancar o crescimento no país. "Ela é fundamental. Sem reforma da Previdência, esse ajuste gradual [nas contas públicas] não é sustentável e, portanto, não conseguimos capturar todo o grau de crescimento que teremos".

O ministro do Planejamento foi na mesma direção e destacou que medidas como a Previdência e a reoneração da folha de pagamentos abririam espaço para ampliar em R\$ 21 bilhões as despesas de custeio no orçamento de 2019.

Proposta eleva salário mínimo em 5% em 2019

Por Fábio Pupo, Fabio Graner e Edna Simão | De Brasília

O governo projeta que o salário mínimo tenha crescimento de 5,03% no ano que vem, dos atuais R\$ 954 para R\$ 1.002. A previsão, um dos parâmetros usados para a formatação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), considera a fórmula atual de correção, que usa a variação do INPC e o PIB de dois anos antes.

Segundo cálculos da equipe econômica, o reajuste geraria impacto fiscal de quase R\$ 17 bilhões para as contas públicas no ano que vem. O número, no entanto, é apenas uma previsão, porque o índice de inflação que servirá de base para o cálculo não está fechado.

O ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, preferiu dizer, diante dos números, que o "maior impacto" para a população, no entanto, é a redução no crescimento dos preços. "O impacto maior na vida de todo mundo é a redução da inflação. A inflação dos mais pobres está abaixo da inflação geral, o que aumenta poder de compra das pessoas."

Apesar de a atual fórmula do salário mínimo estar em vigor até o ano que vem, a equipe econômica também projetou números usando o mesmo mecanismo para 2020 e 2021 - como uma "hipótese de trabalho". Nesse caso, o salário mínimo ficaria em R\$ 1.076 e R\$ 1.153, respectivamente. Guardia lembrou, no entanto, que uma nova regra será discutida no ano que vem para ser usada a partir de 2020.

Roteiro fiscal deixa quase tudo para o próximo presidente definir

Por Ribamar Oliveira | Brasília

O roteiro para a política fiscal nos próximos anos, apresentado ontem pelo governo, é apenas um indicativo, pois sua diretriz principal foi deixar quase tudo para ser definido pelo presidente da República a ser eleito em outubro.

Por lei, o atual governo precisa definir metas fiscais que sirvam de base para a elaboração da proposta orçamentária de 2019, o primeiro ano da nova administração. Ao fazer isso, o governo manteve a meta de déficit primário - muito alta - já prevista para o próximo ano, procurando não criar dificuldades para o próximo presidente.

O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), divulgado ontem, mantém o déficit primário de R\$ 139 bilhões para o governo central (Tesouro, Previdência e Banco Central) e dobrou o déficit previsto para 2020, que passou de R\$ 65 bilhões para R\$ 110 bilhões.

Haverá déficit de R\$ 70 bilhões também em 2021. O cenário apresentado prevê equilíbrio fiscal somente em 2022 ou 2023.

Todas as projeções foram elaboradas, como explicaram os ministros da Fazenda, Eduardo Guardia, e do Planejamento, Esteves Colnago, com previsão bastante conservadora para a receita, que deverá cair, como proporção do Produto Interno Bruto (PIB), em relação ao estimado para este ano.

Guardia explicou que a estimativa para a receita foi elaborada sem previsão de novas medidas na área tributária e sem uma previsão de novas iniciativas na concessão de serviços públicos. Por isso, a arrecadação projetada para 2019 caiu em relação a 2018.

As únicas alterações na área tributária que ainda poderão ocorrer são a eventual reversão da redução da alíquota da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) dos bancos, prevista para cair de 20%

para 15% em 2019, e a reversão da alíquota do Reintegra, prevista para subir de 2% para 3%. A decisão sobre essas duas questões será tomada na época da elaboração da proposta orçamentária, informou o ministro da Fazenda.

Guardia disse que apenas com a continuidade do programa de concessão será possível reduzir os déficits previstos para os próximos anos. "Existe um potencial para que o resultado fiscal seja bem melhor", afirmou.

Colnago informou que o fim da desoneração da folha de pagamentos das empresas - projeto que está parado na Câmara - abriria um espaço de R\$ 16 bilhões nas contas. Outros R\$ 5 bilhões seriam economizados no primeiro ano de vigência da reforma da Previdência. Como existe um teto para as despesas, Guardia e Colnago lembraram que qualquer receita adicional vai melhorar o resultado fiscal, reduzindo o déficit projetado.

Governo adia publicação de decreto para vender Eletrobras



Reação. Moreira Franco, na reunião ministerial de ontem: declaração soou mal no Congresso

Anúncio feito por Moreira Franco gera desconforto no Congresso

MANOEL VENTURA E
BÁRBARA NASCIMENTO

BRASÍLIA - Diante da reação negativa do Congresso, o governo recuou e não publicou ontem o decreto do presidente Michel Temer que incluiria oficialmente a Eletrobras no Programa Nacional de Desestatização (PND). Esse passo permitiria à empresa e ao BNDES contratarem os estudos necessários para a privatização. A publicação havia sido anunciada anteontem pelo novo ministro de Minas e Energia, Moreira Franco, ao assumir a pasta. A fala de Moreira acirrou os ânimos de parlamentares, que procuraram

o Palácio do Planalto para saber detalhes do documento. Segundo o líder do governo na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), a resposta foi que não haveria decreto neste momento nem previsão de quando seria a publicação. Deputados viram o anúncio de Moreira como uma afronta à Câmara, já que o governo deixou acertado que a privatização da empresa será discutida por meio de um projeto de lei que está sob a análise de uma comissão especial. Um passo que reforçou o mal estar com a nomeação de Moreira para a pasta. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, já havia afirmado que a escolha dele prejudicava a articulação do governo para aprovar a privatização da Eletrobras no Legislativo.

O ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun, tentou acalmar os ânimos dizendo que não há intenção do governo de atropelar o Legislativo: — Não queremos, de forma nenhuma, que o decreto pareça uma forma de ultrapassar a opinião do Congresso. Ele deve ser publicado, mas de forma que isso seja garantido. Inicialmente, após a reunião ministerial convocada pelo presidente Michel Temer, a pergunta sobre a Eletrobras havia sido direcionada ao ministro da Fazenda, Eduardo Guardia. Ele, no entanto, não sabia da suspensão da publicação do decreto. Coube a Marun pegar o microfone para dizer que houve uma “confusão”. — O governo quer a capitalização da Eletrobras, mas fará isso em parceria, em sintonia com o Congresso Nacional. Nós não temos a ideia de fazer isso sem que isso seja deliberado no Congresso Nacional — disse o ministro responsável pela articulação política do governo.

RELATOR MINIMIZA
EPISÓDIO

O decreto de Temer é um passo formal no processo de privatização, que permite avançar nos estudos técnicos necessários para a capitalização da Eletrobras (que vai diluir a participação do governo até eliminar o controle estatal). Aguardado desde dezembro, é o passo seguinte à medida provisória que revogou o trecho de uma lei de





2004 que proibia a inclusão da estatal e subsidiárias no PND. O deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA), relator da privatização da Câmara, no entanto, minimizou a importância do decreto:

— Entendo que há um projeto de lei em andamento e uma medida provisória. Não há como se resolver esse assunto em um decreto. Sem o projeto, a Eletrobras não será reestruturada. Ele (decreto) se antecipa a algo que está sendo discutido no Congresso. Se fosse necessário, tudo bem, mas não é — disse Aleluia, acrescentando que deve apresentar seu relatório no início de maio. O deputado admitiu a possibilidade de levar o projeto diretamente ao plenário da Câmara se não houver disposição para discutir o assunto na comissão especial. Para isso, é necessário aprovar um requerimento de urgência que exige pelo menos 257 votos a favor.

Governo prevê crédito extra na LDO para cumprir regra de ouro

Montante suplementar terá de ser aprovado pelo Congresso para respeitar normas em 2019

Governo não pode se endividar para bancar despesas, mas lacuna ficará em R\$ 254,3 bi; déficit será de R\$ 139 bi

MAELI PRADO

DE BRASÍLIA

A equipe econômica informou nesta quinta-feira (12) que a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) que será enviada nesta sexta-feira (13) trará a previsão de um crédito suplementar, a ser aprovado pelo Congresso, como forma de não descumprir a regra de ouro em 2019.

O objetivo da regra é evitar que a União se endivide para pagar gastos correntes, como despesas com pessoal e investimentos, empurrando a conta para futuros governos.

Esse descompasso em 2019, segundo o Ministério do Planejamento, será de R\$ 254,3 bilhões.

A saída encontrada pela equipe econômica, prevista na Constituição, é que esse endividamento será permitido desde que autorizado, na forma de gastos e receitas extras, pela Câmara e Senado.

O caminho para aprovação será por meio de um projeto de lei ordinário, mas que requererá maioria absoluta.

De acordo com o ministro do Planejamento, Esteves Colnago, esse crédito extra será vinculado a uma única despesa do Orçamento, como por exemplo despesas com Previdência ou com pessoal.

PIB

A equipe econômica manteve a projeção para o PIB de 2018 em 3%.

Em 2019, a expectativa é de nova alta de 3%, mas o crescimento reduz o ritmo, segundo as previsões, para 2,4% e 2,3% no ano.

“Em 2020 e 2021, o PIB convergiria para o que acreditamos que é o PIB potencial, sem reformas”, afirmou o Ministro da Fazenda, Eduardo Guardia.

“Estamos realizando todas as projeções com base na situação vigente. Esse crescimento pode ser maior se reformas forem implementadas”, disse ele, que voltou a salientar a importância da reforma da Previdência, cuja tramitação foi suspensa desde a aprovação da intervenção federal no Rio.

A equipe econômica informou ainda que optou pela prudência e que manteve a meta de déficit fiscal (receitas menos despesas antes do pagamento de juros) do ano que vem em R\$ 139 bilhões.

Dentro da equipe econômica,





chegou-se a discutir a possibilidade de reduzir o objetivo para o rombo, mas houve uma opção pelo conservadorismo, até como forma de não complicar o cenário de 2019 para o próximo presidente, a ser eleito em outubro.

ROMBO ATÉ 2021

Para 2020, a meta fiscal foi quase dobrada. Na LDO de 2018, a projeção era que o rombo alcançaria R\$ 65 bilhões, montante ajustado agora para R\$ 110 bilhões. Já no ano seguinte, para 2021, o déficit esperado ainda será considerável, de R\$ 70 bilhões.

“Essa redução no déficit esperado é um resultado natural da vigência do teto de gastos”, afirmou o ministro do Planejamento, se referindo à regra que limita as despesas do governo à inflação do ano anterior.

A LDO funciona como uma espécie de guia para o Orçamento de cada ano.

Até agosto, o governo tem que enviar o PLOA (Projeto de Lei Orçamentária Anual), que detalha todas as despesas e receitas projetadas para o próximo ano.

Salário mínimo vai a R\$ 1.002 no ano que vem

A equipe econômica estimará, na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), um salário mínimo de R\$ 1.002 em 2019, divulgou nesta quinta (12) a equipe econômica. A proposta do será enviada ao Congresso nesta sexta (13), junto com a lei que serve como guia para o Orçamento.

Atualmente, o mínimo é de R\$ 954. Ou seja, se for confirmada, a correção será de 5%, bem acima da aplicada ano passado, quando o aumento foi de 1,81%, o menor desde 1995.

O governo ainda poderá mudar esse valor, ao longo dos próximos meses, se houver alteração nas projeções para variação de preços, já que a inflação é usada na fórmula para cálculo do valor.

Por lei, o valor é corrigido levando-se em conta o INPC (índice Nacional de Preços ao Consumidor)

e o PIB (Produto Interno Bruto) dos dois anos anteriores à vigência.

Diferentemente do IPCA, que considera famílias cuja renda varia de 1 a 40 salários mínimos, o INPC considera a renda de famílias cuja renda varia de 1 a 5 salários.

A partir de 2020, essa fórmula de reajuste pode ser alterada, com o novo formato deve ser debatido na campanha eleitoral à presidência. Na quinta, a equipe econômica divulgou projeções para 2020 e 2021, com a fórmula atual: o valor iria a R\$ 1.076 em 2020 e a R\$ 1.153 em 2021.

Além de definir o piso do mercado formal de trabalho, o salário mínimo também serve como referência para benefícios, principalmente aposentadorias e pagamento de se-guro-desemprego. O reajuste passa a valer a partir de janeiro de 2019, e passa a ser pago em fevereiro.

Governo gastou R\$ 3 bi em cinco anos com aposentadoria rural irregular

Fraude. Auditoria do Ministério da Transparência identificou o pagamento indevido do benefício a 97 mil 'segurados especiais', entre eles pescadores artesanais, seringueiros e extrativistas; se pagamento não for suspenso, o gasto será de R\$ 1,2 bi por ano

Adriana Fernandes
Idiana Tomazelli

O governo pagou, indevidamente, nos últimos cinco anos, R\$ 3 bilhões em aposentadoria a produtores rurais que são classificados como 'segurados especiais'. Esse grupo, que inclui pescadores artesanais, seringueiros e extrativistas, recebeu o benefício sem ter direito a ele, segundo uma auditoria do Ministério da Transparência. Se esses pagamentos não forem suspensos, a conta, daqui para frente, ficará em R\$ 1,2 bilhão por ano.

A conta das aposentadorias rurais sempre fica no vermelho porque o número de pessoas que recebem o benefício é maior do que o de trabalhadores que contribuem para o INSS. Em 2017, o déficit da Previdência rural ficou em R\$ 110,7 bilhões – aumento de 7% em relação a 2016. A partir do resultado da auditoria, o órgão deu um prazo de 30 dias para o INSS traçar um plano de ação à

revisão dos benefícios.

Os auditores cobram do instituto a suspensão dos benefícios irregulares, a apuração das responsabilidades pelas concessões e o ressarcimento dos valores. Esse tipo de benefício previdenciário se enquadra na categoria de segurado especial, que tem tratamento diferente dos demais aposentados. Abrange 97 mil pessoas.

Entre as irregularidades apontadas pelos auditores estão o recebimento da aposentadoria por beneficiários que se mantinham trabalhando. Pelas regras, não pode receber o benefício integrante da família que possuir outra fonte de rendimento, exceto em casos específicos. Também há casos de pagamentos a donos de propriedade rural, o que também é irregular.

Enquanto o segurado comum do INSS recolhe contribuição previdenciária incidente sobre seus salários (de 8% a 11%), o segurado especial contribui com uma alíquota muito reduzida, de 2,1%, sobre o resultado da receita de sua produção. Além disso, o segurado comum precisa cumprir um número mínimo de contribuições mensais para fazer jus ao benefício previdenciário.

Para o segurado especial, a

exigência de contribuições é contada em número de meses em que houve exercício efetivo de atividade rural ou pesqueira, ainda que não sejam meses consecutivos. A auditoria foi feita cruzando dados do sistema do INSS com banco de informações do Ministério do Trabalho.

“Tem muito mais o que cortar porque o grande problema da aposentadoria rural é a fraude. Muitas vezes, o INSS nega, o cara pega uma declaração do sindicato de que é trabalhador rural, mesmo não sendo, e o juiz dá o benefício”, disse Leonardo Rolim, consultor da Câmara. Controle. Para os auditores, a falta de controles para a manutenção do benefício levou ao pagamento irregular.

A recomendação é que essa verificação seja feita previamente à concessão do benefício e durante o seu período de pagamento. O INSS respondeu que a confirmação de fraudes e irregularidades dependerá da análise de cada processo nas agências. “Cabe salientar que as situações inicialmente verificadas pela CGU não configuram, a priori, irregularidades, mas sim indícios, que devem ser verificados caso a caso”, afirmou, em nota.

A autarquia destaca também que 40% de cerca de 70 mil benefícios foram concedidos por





determinação judicial. Para revertê-los, é preciso uma decisão da Justiça. A auditoria durou um ano e teve início em fevereiro de 2017, quando o debate em torno da reforma da Previdência estava em alta no País, depois do envio ao Congresso de uma proposta de mudanças nas regras.

O projeto inicial do governo previa combate às fraudes com um aperto maior na concessão da aposentadoria rural, mas a proposta foi amplamente combatida no Congresso e, depois, abandonada. No projeto da reforma da Previdência, o governo tentou criar uma contribuição obrigatória para os produtores rurais que trabalham em regime familiar, com uma alíquota inferior à dos demais contribuintes.

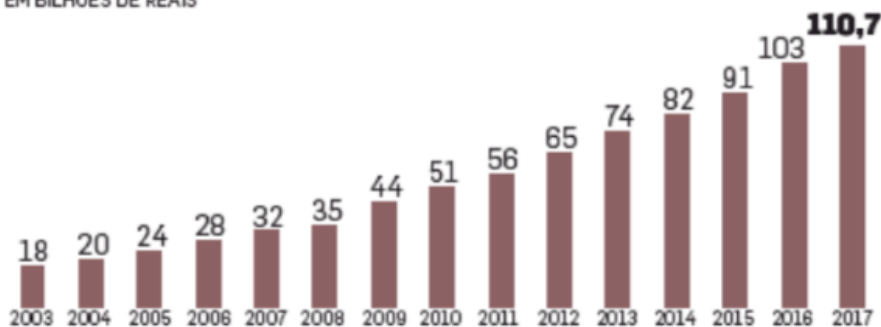
A arrecadação seria pequena, mas a medida teria como efeito favorável um controle maior para evitar fraudes. A medida acabou sendo excluída do texto na tentativa do governo de aprovar uma versão mais enxuta.

NO VERMELHO

● **Crescimento do déficit na Previdência rural acelerou nos últimos anos**

Déficit

EM BILHÕES DE REAIS



FONTE: SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

Contas só devem voltar ao azul em 2022

Principal razão para rombos sucessivos é o déficit crescente na Previdência, que deve chegar a R\$ 266,6 bi em 2021, se nada for feito

Idiana Tomazelli
Eduardo Rodrigues

O governo adiou mais uma vez sua previsão para que as contas públicas voltem a registrar receitas maiores que os gastos e estima agora uma sequência de oito anos de rombos sucessivos, até 2021. A principal razão é o déficit crescente na Previdência, que teve a proposta de reforma engavetada no início do ano.

O ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, alertou que o Brasil está chegando a uma situação em que não haverá alternativa que não seja aprovar mudanças nas regras de pensão e aposentadoria. “Sem enfrentar a questão da Previdência, o ajuste gradual não tem consistência.” O rombo nas contas do INSS vai ultrapassar a barreira dos R\$ 200 bilhões no ano que vem e chegará a R\$ 266,6 bilhões, em 2021, se nada for feito.

Nessa trajetória, mesmo o esforço para ampliar a arrecadação e cortar gastos no período será insuficiente para trazer as contas públicas de volta ao azul. O equilíbrio fiscal só virá

a partir de 2022, no último ano do mandato do próximo presidente, a depender da evolução do PIB, de medidas tributárias e de concessões. “A continuidade das reformas tende a melhorar significativamente o cenário”, disse Guardia.

Só no ano que vem, as despesas com benefícios do INSS avançarão 7,27%, bem acima da inflação. Os gastos com folha de pagamento de serviços também crescerão mais que o IPCA, a uma taxa de 6,42%. Com o forte crescimento dessas despesas, a máquina pública tende a receber menos recursos para custeio e investimentos, alertou o ministro do Planejamento, Esteves Colnago.

“Haverá um redução de R\$ 30 bilhões em espaço para as despesas discricionárias (que podem ser cortadas) em 2019. Há um desafio grande no próximo ano para manutenção do dia a dia do governo.” Colnago apontou que a eventual aprovação da reforma da Previdência em 2019 permitiria a abertura de um espaço de R\$ 5 bilhões nas despesas de custeio já no próximo ano.

A meta fixada para 2019 foi mantida em déficit de R\$ 139 bilhões para evitar que o próximo presidente comece o ano enfrentando restrições

orçamentárias, caso haja frustração de receitas. A previsão para 2020 piorou e ficou negativa em R\$ 110 bilhões. Em 2021, a expectativa agora é de um rombo de R\$ 70 bilhões, adiando a recuperação do quadro fiscal.

Em agosto do ano passado, o então ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, disse que as contas teriam superávit de R\$ 10 bilhões em 2021, interrompendo a sequência de rombos desde 2014. Regra de ouro. A equipe econômica também apresentou a solução para cumprir em 2019 a chamada “regra de ouro” do Orçamento, que impede a emissão de títulos da dívida para pagar despesas correntes.

O projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2019 vai trazer uma autorização para prever receitas e despesas condicionadas à aprovação de um crédito suplementar ou especial de até R\$ 254,3 bilhões, tamanho do rombo na regra para o ano que vem.

Esse crédito, que deverá ser enviado pelo próximo presidente e aprovado no exercício de 2019, é a única exceção prevista na Constituição para permitir que o governo emita títulos da dívida para pagar despesas correntes, como salários.



Congresso resiste e Moreira não publica decreto sobre Eletrobrás

Medida de novo ministro que seria anunciada ontem incluiria a Eletrobrás no Programa de Desestatização

Lu Aiko Otta
Carla Araújo
Fabrício de Castro

Primeira medida anunciada pelo novo ministro de Minas e Energia, Moreira Franco, a publicação do decreto incluindo a Eletrobrás no Programa Nacional de Desestatização, que deveria ter ocorrido ontem, não saiu. A iniciativa, que apenas daria respaldo à contratação de estudos econômicos para a privatização, não ocorreu por resistência do Congresso Nacional, segundo informou o ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun.

Esse problema foi confirmado pelo relator do projeto de lei que regula a privatização, deputado José Carlos Aleluia (DEMBA). “O decreto se antecipa a uma discussão em curso no Congresso”, disse. Ele acrescentou que a privatização da Eletrobrás não será aprovada nem na Câmara, nem no Senado, sem que sejam estabelecidas as devidas ressalvas ao processo.

Por exemplo, sobre como fica o projeto de transposição do Rio

São Francisco, como será a desotização (troca do regime atual de preços baixos por um sistema de preços de mercado), e se inclui a golden share (ação que daria poder de veto à União em temas delicados). E tudo isso ainda está em aberto, a ser regulado pelo projeto que ele relata.

A desistência de publicar o decreto foi tão repentina que pegou de surpresa o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia. Ao conceder uma entrevista após a reunião do presidente Michel Temer com seu novo ministério, ele chegou a dizer que o decreto havia sido publicado. Ao seu lado, Marun confirmou que o decreto não saía por causa de uma “confusão”.

“Não queremos de forma nenhuma que ele (decreto) pareça uma forma de ultrapassar aquilo que é importante que é a posição do Congresso sobre o assunto”, disse. Conta. Guardia reafirmou a importância da privatização. “A Eletrobrás, como venho dizendo todo dia, é uma prioridade do governo”, afirmou.

Ele explicou que, apesar de os R\$ 12 bilhões estimados com a privatização já estarem na programação orçamentária “numa conta de reserva”, caso ela não

ocorra não será necessário nenhuma medida adicional do ponto de vista orçamentário. “A discussão de capitalização da Eletrobrás vai muito além de eventual impacto positivo fiscal em 2018. Estamos falando em oferta de energia elétrica para evitar gargalos.

Precisamos de uma Eletrobrás capitalizada e forte”, disse Guardia. Na reunião ministerial, Temer pediu esforço redobrado para aprovar as matérias de interesse do governo que estão no Congresso. Ontem mesmo, Guardia chamou Aleluia para discutir a privatização. “Quero saudar o ministro por ter tomado a iniciativa de ter feito o convite”, disse o parlamentar.

Ontem pela manhã, na reunião ministerial, o presidente Michel Temer pediu à equipe esforço redobrado para aprovar as matérias de interesse do governo no Congresso. Aleluia vinha se queixando de um abandono do projeto da Eletrobrás. “O projeto estava órfão”, disse. “Agora o governo sinaliza o desejo de caminhar.” O governo, repetiu Aleluia, precisa motivar seu time. Hoje, disse, a comissão tem “três a favor, dois contra e a maioria ausente”, o que impede o debate.

Salário mínimo pode subir para R\$ 1.002 em 2019

Aumento deve ser de 5%, superior ao obtido pelos trabalhadores em 2018, quando a alta foi só de 1,81%; valor, no entanto, só será definido no fim do ano

Eduardo Rodrigues
Idiana Tomazelli/BRASÍLIA

O salário mínimo vai romper pela primeira vez a marca dos R\$ 1 mil em 2019, de acordo com o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) apresentado ontem pelo Ministério do Planejamento. Hoje, o valor do mínimo está em R\$ 954 e deve subir para R\$ 1.002 a partir do próximo ano, uma alta de 5%. Esse valor, no entanto, pode mudar, porque o governo só bate o martelo sobre o salário mínimo no fim do ano.

O reajuste para o próximo ano será bem superior ao obtido pelos trabalhadores em 2018, quando o aumento do salário mínimo de apenas 1,81% (de R\$ 937 para R\$ 954) – o menor percentual de acréscimo nos últimos 24 anos. O reajuste maior em 2019 acontece porque a economia voltou a crescer no ano passado e porque a inflação deste ano deve ser maior que a de 2017.

Desde 2012, a fórmula para a correção do salário mínimo prevê a aplicação da soma da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do ano anterior mais o crescimento do

Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos antes. Após dois anos de retração, o PIB brasileiro cresceu 1% em 2017 e o governo estima que o INPC encerrará este ano em 3,8%.

Por isso, apenas a aplicação da fórmula resultaria em um aumento de 4,8%, o que ainda seria insuficiente para ultrapassar a barreira dos R\$ 1 mil de salário. Mas, como no ano passado o governo projetou um INPC inferior ao que efetivamente ocorreu, o reajuste 2018 ficou abaixo da inflação no período, o que será compensado agora com um aumento maior.

O ano de 2019 é último de vigência dessa metodologia, que garante ganhos reais aos trabalhadores sempre que há

crescimento da economia. Caberá ao próximo governo decidir se mantém a atual fórmula, solicitando a sua prorrogação ao Congresso.

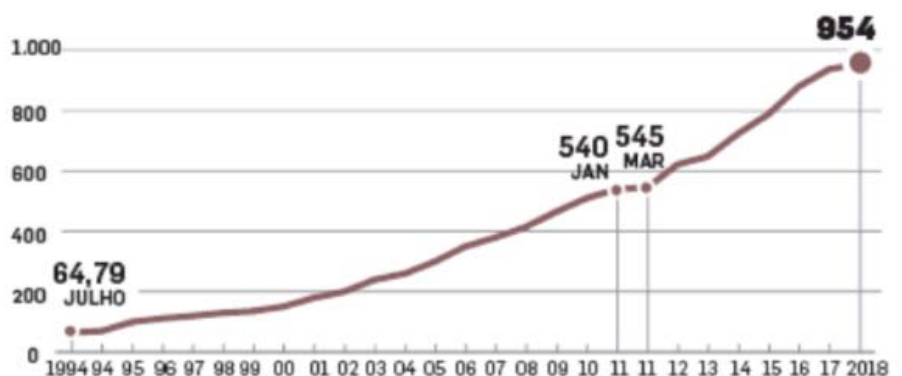
Mesmo assim, a equipe econômica projetou a trajetória do mínimo para os anos seguintes baseada na atual metodologia. Desta forma, a remuneração mensal básica do trabalhador brasileiro chegaria a R\$ 1.076 em 2020 e R\$ 1.153 em 2021.

O ministro do Planejamento, Esteves Colnago, explicou que o impacto do aumento do mínimo nas contas do governo é de R\$ 350 milhões para R\$ 1 de reajuste, sobretudo pela correção automática dos benefícios da Previdência. Para 2019, o impacto do aumento do mínimo é de R\$ 16,8 bilhões.

EVOLUÇÃO

● Crescimento da economia e INPC mais alto devem fazer valor do salário mínimo ultrapassar os R\$ 1.000 em 2019

EM REAIS



FONTE: PLDO

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

MP cria os cargos da intervenção federal no Rio

O governo federal editou medida provisória e decreto que criam cargos para atender às ações da intervenção no Rio de Janeiro. A MP 826/2018 cria o cargo de natureza especial de interventor federal no estado do Rio de Janeiro, que já vinha sendo exercido desde fevereiro pelo general Walter Souza Braga Netto, e outras funções de confiança que vão compor o Gabinete da Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro. A MP também dispõe sobre o pagamento da gratificação de representação a militares da ativa que atuarem nesse gabinete, e o decreto regulamenta o remanejamento temporário de cargos em comissão do Ministério do Planejamento para a Casa Civil da Presidência da República, destinados às ações da intervenção. Os dois atos foram publicados na edição de ontem do Diário Oficial da União.

CONJUNTURA »**Salário mínimo deve ir a R\$ 1.002 em 2019**

Aumento de 5,03% do piso salarial está previsto no Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias do próximo ano, divulgado ontem. Proposta limita concursos na administração pública e traça quadro fiscal preocupante, segundo analistas

» ROSANA HESSEL

Dois dias depois da posse, os novos ministros do Planejamento, Esteves Colnago, e da Fazenda, Eduardo Guardia, apresentaram ontem o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2019 com os parâmetros do Orçamento que deverão ser seguidos pelo próximo presidente da República. Os dados mostram que ele enfrentará um cenário fiscal muito mais desafiador do que o atual.

O projeto, que será encaminhado hoje ao Congresso, prevê que o salário mínimo suba para R\$ 1.002 no próximo ano, com correção de 5,03%. Não estão previstos reajustes salariais para o funcionalismo, além dos acertados com os servidores em 2016. E só serão liberados concursos públicos para preencher vagas ou realizar certames já autorizados.

Pelas estimativas do PLDO, quem assumir o gabinete do terceiro andar do Palácio do Planalto, em

janeiro, terá uma margem muito pequena para cortar gastos e cumprir a nova meta fiscal. Além disso, sem a reforma da Previdência, terá dois problemas graves para administrar: os deficits primários consecutivos, que afetam diretamente a dívida pública, e a regra de ouro, prevista na Constituição, que tem um rombo de R\$ 254 bilhões a ser coberto para que o novo presidente não corra o risco de cometer crime de responsabilidade fiscal logo no primeiro ano de mandato.

A nova equipe econômica propôs uma meta fiscal semelhante à prevista na LDO de 2018, de deficit de até R\$ 139 bilhões nas contas da União, e piorou as projeções para o resultado primário dos próximos anos. As contas públicas continuarão no vermelho pelo menos até 2021, acumulando oito anos seguidos de deficit primário (veja arte).

As estimativas dos ministros para a dívida pública são otimistas em relação às do mercado. A dívida bruta passará de 75,5% do Produto Interno Bruto (PIB) previstos neste ano para 81,1%, em 2021. A partir daí, a dívida “se estabilizará”, segundo Guardia, devido ao teto de gastos, que contribuirá para que a despesa caia em proporção ao PIB. No entanto, os dois ministros ainda alertaram que, sem a reforma da Previdência, o teto não se sustentará “nos próximos anos”.

De acordo com dados do projeto, o crescimento das receitas, projetado em 4,9%, não será suficiente para cobrir as despesas totais, de R\$ 1,415 trilhão, que contemplam o aumento de 5,03% do salário mínimo e os reajustes dos servidores acordado em 2016, que foram parcelados até 2019. A taxa de correção varia de acordo com a categoria, mas, na média, os gastos com pessoal devem crescer R\$ 19,4 bilhões em 2019, para R\$ 322 bilhões. Esse montante representa um aumento de 6,4%, mais que o dobro dos 3% de aumento nas despesas totais entre 2018 e 2019. A taxa só fica atrás da alta de 7,3% nos gastos com benefícios previdenciários, que contribuem substancialmente para o aumento do rombo da Previdência de R\$ 196,6 bilhões, este ano, para R\$ 208,6 bilhões no próximo.

De acordo com Colnago, a LDO de 2019 vai ter uma limitação para concursos, que serão realizados apenas para “preencher vagas e para os certames que já foram autorizados nos últimos 12 meses”. “Esse é o limite geral. Na LOA (Lei Orçamentária Anual), vamos ver se haverá espaço orçamentário para concursos”, disse o ministro, sem revelar o número de vagas que podem ser abertas nesses casos.

Regra de ouro

O governo ainda incluiu no PLDO uma previsão de créditos





suplementares para cobrir o rombo de R\$ 254,3 bilhões para cumprir a regra de ouro, que impede que a União emita títulos da dívida pública para cobrir despesas correntes, como salários e benefícios previdenciários. A regra permite endividamento apenas para financiar investimentos, que contribuem para o desenvolvimento da economia e, conseqüentemente, para o aumento da receita tributária. De acordo com os ministros, a ideia é propor ao Congresso que aprove, em paralelo ao Orçamento do ano que vem, um projeto de lei complementar autorizando o governo a emitir papéis da dívida para cobrir o desequilíbrio na regra de ouro.

Colnago lembrou que, nem se cortasse todas as despesas discricionárias, o governo conseguiria cobrir o rombo da regra de ouro. Isso porque o espaço para cortes nos gastos não obrigatórios será muito menor em 2019, de apenas R\$ 98,4 bilhões — uma queda de 23,7% em comparação aos R\$ 128,9 bilhões deste ano. Para o economista-chefe do Banco Fator, José Francisco de Lima Gonçalves, o governo finalmente está mostrando um cenário preocupante do ponto de vista fiscal para o próximo presidente.

“Esse assunto precisa voltar à pauta, porque existe uma expectativa fatalista de que aconteçam as reformas necessárias. Agora, está caindo a ficha de que é preciso pensar mais sério em uma reforma fiscal sem a reforma da Previdência”, alertou. “Talvez agora, com essa mudança, isso fique mais à vista, porque será necessário um candidato que esteja disposto a apresentar uma proposta que não vai resolver, mas, pelo menos, encaminhar a solução desses problemas”, completou.

Impacto na Previdência

O aumento de 5,03%, ou de R\$ 48, levará o salário mínimo, pela primeira vez, a ficar acima de R\$ 1 mil, como antecipou o Blog do Vicente. O reajuste, que ainda precisará ser confirmado no fim do ano, elevará o piso salarial dos atuais R\$ 954 para R\$ 1.002 e terá impacto de R\$ 16,8 bilhões nas despesas da Previdência. O PLDO prevê que o mínimo passe para R\$ 1.076 em 2020 e para R\$ 1.153 em 2021. De acordo com o ministro Eduardo Guardia, esses dados consideram a atual regra de reajuste do mínimo, que leva em conta a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) mais a variação positiva do PIB de dois anos antes, que vale até 2019.



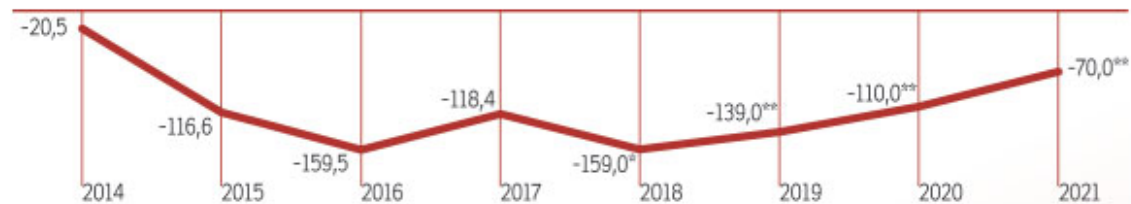


No vermelho

Pelas previsões do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2019, o governo continuará no vermelho até 2021, completando oito anos consecutivos de déficit

Resultado primário

Em R\$ bilhões



*meta fiscal da LDO de 2018

**Previsão do governo no PLDO de 2019

Evolução do déficit da Previdência Social

Dados do RGPS

Em R\$ bilhões **Em % do PIB**



Evolução da dívida pública bruta

(Em % do PIB)



*Previsão do governo no PLDO

Parâmetros

Pelo PLDO, o crescimento do PIB deve desacelerar em 2020 e o salário mínimo ultrapassará a barreira dos R\$ 1 mil pela primeira vez

Item	2018	2019	2020	2021
Varição do PIB (em %)	3,0	3,0	2,4	2,3
PIB Nominal (R\$ bilhões)	7.009,7	7.549,3	8.085,9	8.659,3
IPCA (em %)	3,6	4,2	4,0	4,0
Selic média (em %)	6,5	7,7	8,0	8,0
Salário mínimo (R\$)	954,00	1.002,00	1.076,00	1.153,00
Dólar (em R\$)	3,30	3,30	3,40	3,50



Gastos crescentes

Principais despesas do governo central crescem mais do que as receitas, como salários e benefícios previdenciários (R\$ bilhões)

Item	2018*	2019	Varição em %
Receita líquida	1.216,80	1.276,90	4,9
Total de despesas	1.374,30	1.415,90	3,0
Benefícios previdenciários	592,40	635,40	7,3
Gastos com pessoal	302,50	322,00	6,4
Despesas discricionárias	128,9	98,4	-23,7

*Dados do relatório de avaliação bimestral de março